

Legislando Moralidade ou Imoralidade

Gary DeMar

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

A esfera política da vida não deveria ser usada para transformar ou reformar homens e mulheres (embora o temor da punição mude as pessoas, fazendo-as considerar a atividade criminosa). O propósito da lei na sua relação com o magistrado civil é punir e restringir o mal, proteger a vida e propriedade humana, e prover justiça a todas as pessoas, usando a Palavra de Deus como o padrão. Somente Deus pode regenerar o coração. Um indivíduo não pode se tornar bom guardando a lei.

A Bíblia existe como o padrão perfeito de justiça do Estado. De fato, essa verdade permanece primária no estabelecimento da justiça. Quando a Bíblia fala de assuntos *cívís*, o governo *civil* tem o dever de prestar atenção às suas ordens. Como o governo civil determinará o que é bom ou mau, a menos que a lei de Deus seja consultada? Onde a lei de Deus não é o padrão, não pode haver nenhum padrão objetivo para o homem seguir.

Vivemos numa época na qual a Bíblia é rejeitada como a autoridade do Estado. Matar bebês no ventre de suas mães é algo legal, e o Estado, através de um sistema corrupto de impostos, usa tal dinheiro para apoiar esse crime hediondo. A religião, e em particular, a lei bíblica, não pode ser separada da vida em geral e da política em particular.

Por exemplo, o limite de velocidade foi reduzido de 112 para 88 km/h² por duas razões anunciadas. Primeiro, para salvar vidas. Segundo, para cortar o consumo de combustível. Ambas as razões carregam valores e descansam sobre considerações morais. Elas pressupõem que a vida humana é valiosa e que a sociedade como um todo é valiosa (se o mundo ficar sem combustível, todos serão prejudicados). Leis – leis políticas – foram instituídas para reforçar essas preocupações morais e valiosas.

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em Outubro/2006.

² Nota do tradutor: Nos Estados Unidos da América.

Quando a razão ou a verdade das pessoas determinam o que deveria se tornar lei, com o tempo as leis mudam para refletir a razão brilhante de alguns, ou as opiniões desviadas de outros. Se divorciarmos a religião da política, a única coisa que resta é a irreligião, que se torna também um tipo de religião: o homem é seu próprio Deus, determinando o bom e o mau para si mesmo.

O homem se curva, não à lei de Deus, mas à vontade do povo. Por quê? As pessoas lhe dão poder para governar. A relação entre religião e política não pode ser evitada. A questão não é: “Religião e política se misturam?”. Antes, é: “Que religião será misturada com a política, ou forma a base da política?”. Israel não foi julgado por misturar religião e política, mas por misturar religião errada com política. Hoje não é diferente. O potencial para julgamento é o mesmo.

Fonte: *Ruler Of The Nations: Biblical Principles for Government*, Gary DeMar, p. 126-7.